



MEIO AMBIENTE

Desmatamento tem queda recorde

Dados do Inpe divulgados pelo governo federal mostram redução de 41,8% na Amazônia e de 23,8% no Cerrado

» RAFAELA BOMFIM*
» RAFAELA GONÇALVES

O desmatamento na Amazônia e no Cerrado registrou os menores índices das séries históricas dos dois biomas, segundo dados divulgados, ontem, pelo governo federal, com base no monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Entre agosto de 2025 e julho de 2026, a Amazônia perdeu 3.335 quilômetros quadrados (km²) de vegetação nativa, uma redução de 41,8% em relação ao período anterior. No Cerrado, a área desmatada foi de 5.516,69 km², queda de 23,8%. Os resultados indicam avanço no combate à supressão da vegetação e na proteção de dois dos principais biomas brasileiros.

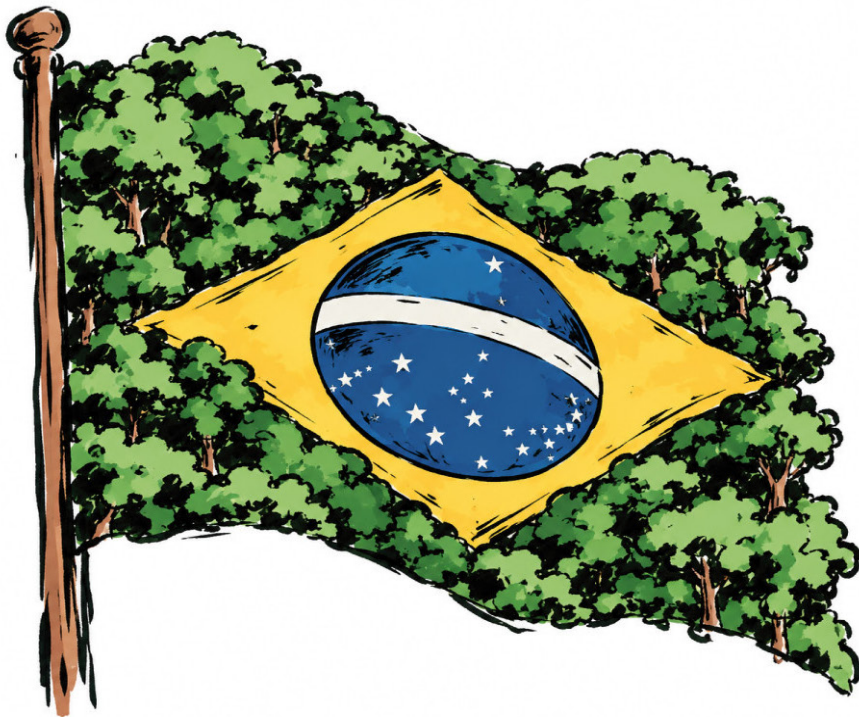
Na Amazônia, o levantamento representa a menor taxa desde o início da série histórica, em 1988. No período anterior, entre agosto de 2024 e julho de 2025, foram registrados 5.731 km² de desmatamento. Até então, o menor índice havia sido observado em 2012, quando a área desmatada chegou a 4.571 km². A redução mais recente corresponde a 2.396 km² a menos de vegetação suprimida em comparação com o ciclo anterior.

O Pará concentrou a maior área desmatada na Amazônia, com 1.130 km², seguido por Mato Grosso, com 849 km², e Amazonas, com 525 km². Apesar de liderarem os registros, os três estados apresentaram quedas expressivas. No Pará, a redução foi de 45,3%; em Mato Grosso, de 46,7%; e no Amazonas, de 46,4%. Tocantins teve a maior redução proporcional entre os estados monitorados, de 73,3%, passando de 30 km² para 8 km². Roraima foi o único estado a apresentar aumento, ainda que pequeno: 0,4%, de 285 km² para 286 km².

No Cerrado, o total de 5.516,69 km² também representa o menor índice desde o início da série, em 2001. O resultado supera o recorde anterior, registrado em 2019, quando o bioma perdeu 6.319 km² de vegetação nativa. A redução de 1.718,58 km² em relação ao período anterior reforça a tendência de diminuição do desmatamento,

Floresta em pé: os números

Segundo os dados do Inpe, foi a menor taxa da série histórica



embora a extensão da área suprimida ainda seja superior à registrada na Amazônia.

Maranhão, Tocantins e Piauí foram os estados com maiores áreas desmatadas no Cerrado, com 1.718,59 km², 1.263,06 km² e 625,24 km², respectivamente. Juntos com a Bahia, eles integram o Matopiba, região de expansão agropecuária que concentrou 74,3% do desmatamento registrado no bioma. O Piauí apresentou a maior redução proporcional entre os estados, de 53,7%. Na Bahia, a queda foi de 38%; no Maranhão, de 14,3%; e no Tocantins, de 15,2%.

Os dados foram apresentados em Brasília, no Palácio do Planalto, em evento com representantes de diferentes áreas do governo. Participaram os ministros do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco; da Casa Civil, Miriam Belchior; da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva; e da Agricultura e Pecuária, André de Paula. A divulgação reuniu informações sobre o monitoramento dos biomas e as ações federais de prevenção e

controle do desmatamento.

A estratégia do governo combina acompanhamento por satélite, fiscalização ambiental, ordenamento territorial e incentivo a atividades produtivas sustentáveis. As ações são organizadas pelo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e pelo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), retomados em 2023. Os programas articulam órgãos federais, estados e municípios para reduzir a perda de vegetação e fortalecer a gestão ambiental.

Entre 2023 e 2026, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizou 76.095 ações de fiscalização em todo o país e lavrou 25.101 autos de infração contra a flora, que resultaram em R\$ 11,8 bilhões em multas. No mesmo período, o órgão embargou 18.630 km², emitiu 15.306 termos de apreensão, avaliados em R\$ 2,6 bilhões, e 4.088 termos de destruição, que somaram R\$ 1,26 bilhão.

O Instituto Chico Mendes de

Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão das unidades de conservação federais, também ampliou a atuação. Entre 2023 e 2026, o órgão lavrou 11,9 mil autos de infração, com R\$ 2,4 bilhões em multas, e emitiu mais de 5 mil termos de embargo, que abrangem uma área superior a 5 mil km². As medidas buscam impedir atividades irregulares e proteger áreas de vegetação nativa.

O reforço da fiscalização inclui investimentos em estrutura e pessoal. O projeto Fortalecimento da Fiscalização Ambiental para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia (FortFisc), do Ibama, recebeu aprovação do Fundo Amazônia, com R\$ 825,7 milhões destinados a sistemas, equipamentos, fiscalização remota, meios aéreos e gestão. Em setembro de 2025, o instituto nomeou 460 novos servidores, dos quais 330 são analistas ambientais.

Na Amazônia Legal, o programa União com Municípios busca fortalecer a capacidade de governos locais para monitorar o território, regularizar áreas e oferecer

assistência técnica. A iniciativa tem R\$ 780 milhões em execução nos 80 municípios que aderiram desde 2023. Setenta deles já receberam escritórios de governança ambiental. O programa também financiou mais de 2 mil equipamentos, como veículos, barcos, drones e computadores, capacitou mais de 500 pessoas e alcançou cerca de 4 mil agricultores familiares com pagamentos por serviços ambientais.

A proteção territorial também integra as medidas de prevenção. Desde janeiro de 2023, foram criadas 18 unidades de conservação federais e ampliadas outras oito, somando aproximadamente 25 mil km². No mesmo período, 20 terras indígenas foram homologadas, abrangendo cerca de 32 mil km². O governo também mantém, aproximadamente, 150 mil km² de glebas públicas federais em processo de destinação, como parte das ações para combater a grilagem e ordenar a ocupação do território.

Além da fiscalização, o governo aposta em incentivos econômicos para conciliar produção

e conservação. No Plano Safra 2026/2027, produtores rurais com Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo e regular, em processo de regularização ambiental ou sem passivos ambientais podem obter redução de 0,5 ponto percentual nos juros do crédito de custeio. A adoção de práticas agropecuárias sustentáveis permite uma redução adicional de 0,5 ponto percentual, limitada a um ponto percentual.

Programas de apoio direto também buscam valorizar a conservação da vegetação. O Bolsa Verde atende 86.635 famílias de baixa renda em 139 municípios, com R\$ 420 milhões transferidos desde 2023. A iniciativa abrange 327 mil km² de floresta na Amazônia e associa o apoio financeiro à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais. Já o projeto Floresta+ Amazônia prevê pagamentos por serviços ambientais a agricultores familiares e outros beneficiários que preservam a vegetação nativa, com mais de R\$ 500 milhões aprovados para sua implementação.

O Fundo Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também financia projetos de proteção florestal, gestão territorial e atividades sustentáveis. Em outubro de 2026, o fundo somava 160 projetos aprovados e R\$ 7,8 bilhões comprometidos, com iniciativas em 75% dos municípios da Amazônia Legal. Desde 2023, destinou mais de R\$ 550 milhões aos corpos de bombeiros da Amazônia Legal, do Cerrado e do Pantanal. O Arco da Restauração conta com R\$ 450 milhões para ações de recuperação.

Outra frente é o aprimoramento do monitoramento por satélite. O BNDES aprovou R\$ 147,6 milhões para o Sistema Integrado para Monitoramento da Vegetação Natural dos Biomas Brasileiros (SIM-Biomas), anunciado ontem. O projeto será executado pela Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate), com participação técnica do Inpe, e prevê o uso de inteligência artificial.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

VIOLÊNCIA

Letalidade policial leva Tarcísio a reavaliar conduta da PM

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, admitiu, ontem, ser necessário rever a conduta da Polícia Militar do estado após agentes da corporação terem matado três pessoas em supostas situações de surto durante abordagem policial nas últimas duas semanas. Governador reeleito em primeiro turno pelo Republicanos, Tarcísio detalhou que vai tratar do tema na próxima semana, em reunião com o alto comando da PM de São Paulo.

“A gente tem conversado e esses casos nos fizeram refletir sobre os procedimentos. Então, a gente vai ter uma reunião com o comando da Polícia Militar já semana que vem para revisar procedimento e treinamento, para impedir que excessos aconteçam”, disse. Tarcísio, no entanto, ponderou que agentes de segurança do estado passam

por situações de risco de morte. “O policial está ali e tem que defender a sua própria vida também. A polícia tem que proteger a sociedade. Então, a gente está atento a esta questão e a gente vê a necessidade, sim, de rever procedimento”, completou.

O último caso envolvendo pessoas em surto que foram baleadas pela Polícia Militar de São Paulo ocorreu na última quinta-feira, quando uma mulher, identificada como Camila Pereira, avançou com uma faca em direção a três policiais. Um agente respondeu com disparo de arma de fogo contra a mulher, que morreu.

Esse caso foi avaliado pela Polícia Civil de São Paulo como uso excessivo da violência contra a mulher. O policial que executou Camila Pereira foi preso e solto ontem, após uma audiência de custódia. O agente foi suspenso de suas

atividades operacionais na Polícia Militar do estado, após a instauração de um inquérito policial militar contra o agente.

A morte ocorreu poucos dias após disparos a polícia de São Paulo terem matado Gustavo Munis de Santana, no sábado, após levar 27 tiros de quatro policiais militares, que justificaram a ação com a alegação de que o celular de Munis de Santana foi confundido com uma arma de fogo.

Em nota enviada ao **Correio**, a Secretaria de Segurança Pública do estado afirmou que equipes da PM foram acionadas pelo 190 para atender uma possível tentativa de suicídio de Munis de Santana e que, segundo o relato dos policiais, os agentes reagiram a um movimento de “aparente ataque da vítima”.

Os policiais foram afastados das atividades operacionais, as armas

foram apreendidas para perícia e as imagens das câmeras corporais foram disponibilizadas ao Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil de São Paulo. A pasta declarou que, se constatadas irregularidades, os responsáveis serão responsabilizados.

Outro que também foi morto pela PM de São Paulo foi Antônio Nunes Batista, de 40 anos, baleado com 24 tiros da PM, no dia 3 de outubro, também na capital.

Assim como no caso de Munis de Santana, a justificativa utilizada pelos policiais para atirar em Nunes Batista foi de um suposto surto. A SSP informou que as circunstâncias da morte ainda são apuradas. De acordo com a pasta, os policiais foram acionados para atender uma ocorrência envolvendo um homem aparentemente em surto, que portava uma faca e uma barra de ferro e ameaçava pedestres.

reprodução/TV Bandeirantes



Mulher em surto foi morta por policiais na última quinta-feira